

VIOLÊNCIA E SOFRIMENTO SOCIAL NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS LGBTT DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Edmar Henrique Dairell Davi
Yasmim Costa Onofre

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ednardavi@yahoo.com.br
yasmimonofre.hist@gmail.com*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a violência e o sofrimento social que atinge a população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis – LGBTT. A temática da diversidade sexual e de gênero no âmbito das políticas públicas em geral tem se tornado cada vez mais um campo emergente ao se trabalhar com as vulnerabilidades e violências sofridas cotidianamente por essa população. Ao assumir identidades e sexualidades divergentes da norma heterossexual as pessoas LGBTT se tornam alvo da violência e do preconceito em diferentes espaços e momentos de suas trajetórias. Nesta perspectiva, entrevistamos cinco pessoas LGBTT (um homem homossexual, duas mulheres lésbicas e duas mulheres transexuais) do interior do Recôncavo da Bahia para compreender, a partir de suas histórias de vida como a discriminação e as agressões de forma diversa afligem estas pessoas. Utilizando a etnografia e as histórias de vida, observamos que o ambiente familiar e os espaços escolar e de trabalho continuam sendo altamente intolerantes às sexualidades e identidades diferentes da heterossexualidade. Neste sentido, indicamos que uma discussão interseccional e intersetorial se faz imprescindível para debater e reduzir o preconceito em diversos setores (escola, família, empresas, serviços de saúde) considerando a porosidade e a multiplicidade que fundamentam a construção das identidades e vivências LGBTT.

Palavras-chave: População LGBTT, violência, sofrimento social, políticas públicas e vulnerabilidades.

1. Introdução:

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa de iniciação científica “Histórias de violência e narrativas de resistência: as sexualidades dissidentes e as estratégias de contraposição à homofobia na região do Recôncavo Baiano”. Tal projeto tem como objetivos coletar e analisar histórias de vida marcadas pela homofobia, lesbofobia e transfobia e ainda, mapear estratégias coletivas de atuação na defesa dos direitos da população LGBTT na região do Recôncavo Baiano. O trabalho aqui descrito se refere aos dados parciais coletados e analisados nesta pesquisa que se encontra em desenvolvimento.

Procuramos discutir neste texto as violências vivenciadas nas trajetórias das pessoas LGBTT procurando, sobretudo, compreender como tais violências estão relacionadas às experiências em diferentes setores de suas vidas. Neste trabalho, não há o reconhecimento de um conceito unívoco de violência; antes, a nossa intenção é verificar como nossos interlocutorxs definem a violência, considerando situações que envolvem agressões que o(a) destinatário (a) preferiria não sofrer. Destacamos a violência nas narrativas de agressões físicas e psicológicas sofridas nas trajetórias de

vida; agressões que compõem relatos de sofrimento gerados pela condição de pertencer à população LGBTT.

A violência simbólica também se manifesta de maneira sutil, nem sempre é visível, porém, permeia as relações de desigualdades presentes em nossa sociedade contra as pessoas LGBTT. Essa violência simbólica revela-se na família, na escola e, comumente, nos espaços públicos, em que, não raras vezes, classificam-se os sujeitos em categorias rígidas, por meio de mecanismos complexos de patologização, criminalização e exclusão. Ao ser reproduzida por instâncias que deveriam amenizá-la ou erradicá-la, como as escolas e outras instituições, os processos de violência simbólica atuam naturalizando as representações dominantes.

Para Ramos e Carrara (2006) a homofobia opera com muitas variáveis e engloba fenômenos díspares, que vão desde discriminações na esfera doméstica a crimes com fins de lucro. Por essa razão, as estratégias de enfrentamento desses fenômenos e os discursos produzidos pelo movimento LGBTT têm que reconhecer essa complexidade e mobilizar demandas específicas para diferentes violências. Por outro lado, os autores também indicam que as respostas para as dinâmicas de discriminação na esfera da família e círculos de amizade demandam não só campanhas específicas de informação, mas, atendimento individual às vítimas, por meio de uma rede de apoio e proteção. Os altos índices de homofobia registrados nas escolas, por exemplo, indicam a necessidade de mais pesquisas e da criação de programas especiais envolvendo autoridades educacionais, docentes e discentes (RIOS, 2010).

Para Colling, Sousa e Sena (2017), no âmbito das reflexões sobre o acesso da população LGBTT aos direitos e à cidadania, nota-se que orientação sexual e identidade de gênero não devem ser cogitadas como marcadores sociais únicos. Uma vez que necessariamente se articulam de formas diversas com outros, a exemplo de idade, raça/cor e classe social, dentre outros. Isto significa dizer que o sujeito não pode ser pensado apenas como “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “travesti” ou “transexual”, já que seu corpo/identidade também pode ser branco-pobre-jovem, entre tantas outras combinações possíveis dos atributos raça/cor, classe social e idade. Neste contexto, a categoria “interseccionalidade” parece fundamental para analisar como diferentes eixos de subordinação se articulam em um mesmo sujeito social, fazendo com que as lógicas de exclusão/aceitação que os atingem sejam potencialmente distintas, a depender do contexto social em que se encontrem.

Neste sentido questiona-se se as políticas públicas de proteção e assistência social têm considerado a vulnerabilidade a que estão sujeitos homens e mulheres homossexuais e transexuais?

Em que medida as travestis são consideradas em suas especificidades quando são recebidas nos serviços de saúde ou nas escolas que frequentam?

Puar (2013) entende que as contribuições de diferentes setores podem convergir para mostrar que existe um rico campo de pesquisas e discussões em torno da relação entre processos culturais e políticos de atribuição de categorias, de um lado, e a do reconhecimento e da apropriação dessas categorias como identidades situacionais e pragmáticas, do outro. Nosso objetivo é discutir, então, a complexidade da violência que atinge a população LGBTT. Apontando a dinâmica multifacetada que envolve os processos de discriminação e preconceito em torno das sexualidades dissidentes.

2. Método

2.1 Procedimentos

O projeto que embasa esta pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UFRB para sua devida aprovação e após a emissão do parecer favorável (nº 1.895.244/2017), entramos em contato com xs colaboradorxs solicitando o agendamento da entrevista. Esta foi precedida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que autorizava sua gravação. As entrevistas tiveram a duração média de 60 minutos. Os encontros foram realizados nas residências dxs informantes desta pesquisa e optamos pelo uso de pseudônimos a fim de manter o anonimato e a confidencialidade.

2.2 Participantes

As pessoas que contribuíram com esta pesquisa até o momento são oriundas da região do Recôncavo da Bahia possuindo idades e ocupações diversas. Do total de cinco entrevistadxs, duas se identificaram como mulher *trans* com orientação heterossexual, duas outras mulheres se identificaram como mulher *cis* e orientação homossexual e, por fim, um homem *cis* homossexual.

A seguir, apresentamos os relatos e os perfis de nossxs informantes. Antes, no entanto, é preciso esclarecer que optamos pelo uso de pseudônimos a fim de preservar nossxs colaboradores e manter o anonimato e a confidencialidade.

2.3 Análise dos dados:

Optamos nesta investigação pelo uso de narrativas e histórias de vida uma vez que relatos orais por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que a pessoa se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte (CUNHA, 1997; ARAÚJO, 2017). A análise das histórias de vida coletadas seguiu as indicações propostas por Thiollent (2008): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Assim, na

primeira etapa realizamos a transcrição e organização do conteúdo das entrevistas. Para, a partir daí, poder fazer a leitura flutuante das histórias de vida, elaborar indicadores ou unidades de registro (palavra-chave ou frase), os recortes, a formação da categorização. No segundo passo, exploramos o material, onde buscamos encontrar expressões ou palavras significativas. Estas foram selecionadas conforme sua representatividade, homogeneidade, pertinência para construção de categorias temáticas. Por fim, no terceiro momento da análise colocamos em destaque as informações obtidas e realizamos interpretações levando em consideração o quadro teórico levantado, possibilitando descobertas de novos horizontes na construção do saber em torno da violência e do sofrimento social que envolve as pessoas LGBTT. Como categorias emergentes neste estudo, destacaram-se: (1) violência e sofrimento social na família; (2) homofobia na escola; e (3) preconceito no trabalho, que serão detalhadas a seguir.

3. Resultados e discussão

Violência e sofrimento social na família

Entre nossos entrevistados foi comum o relato de situações de agressão física e xingamentos em diferentes contextos e locais. Pelos depoimentos dos interlocutores, percebe-se que as agressões se iniciam no contexto da família nuclear e têm seguimento no ambiente escolar, fazendo com que abandonem esses espaços. Não estar nos padrões de gênero e sexualidade esperados pela família é um dos primeiros obstáculos vivenciados pelas pessoas LGBTT, como observou a transexual Vitória de 21 anos:

Quando eu falei que eu era gay foi aquela coisa na família, ele [irmão] que tava botando na cabeça dos meus pais que tinha que me bater, tinha que fazer coisas absurdas comigo por eu ser gay pra mim se tornar hetero.

Como outras histórias que ouvimos durante a pesquisa, a de Amanda, 18 anos, nos chamou a atenção, pois, a partir do momento em que assumiu a sua sexualidade, foi rejeitada pela mãe adotiva que procurou meios jurídicos para interromper o processo de adoção:

[...] todo mundo que me pergunta, se incomoda, de eu ter sido praticamente rejeitada duas vezes, eu sempre digo que incomoda, porque... nenhuma pessoa ia gostar. e... nossa, mais do que ser renegada pela minha mãe de sangue foi ser renegada pelas pessoas que me criaram desde pequena .

A violência perpetrada pela família é uma das situações que as pessoas LGBTT evitam falar. A maioria demonstra desconforto ao falar de avós, pais e irmãos. Em muitos casos, não conseguem transformar o sentimento em discurso, e o silêncio sobre essa discriminação em suas próprias famílias de origem torna-se um importante dado da pesquisa. A intuição de que determinados

abusos não podem ser verbalizados na vida cotidiana está no reconhecimento de que não se pode trabalhá-los no âmbito do cotidiano (Perucchi, Brandão e Santos; 2014). Essa violência traz à tona aquilo que constitui o não-narrativo da violência: o que é indizível nas formas da vida cotidiana. Como nos revela Glória, cabelereira de 42 idade:

Minha mãe ficou minha inimiga durante dois anos, meu irmão que hoje é gerente da M. não fala comigo, né... Assim, minha família é como se eu tivesse nascido de novo. Na verdade foi isso que aconteceu, nasci de novo, porque toda relação que eu tinha com meu irmão...

Assim, o espaço familiar, que deveria ser acolhedor, inserindo o jovem na dinâmica da sociedade e ofertar segurança, torna-se um ambiente hostil buscando reenquadrar o sujeito, através de mecanismos violentos, a parâmetros binários e naturalizados de exercício da sexualidade. Após situações que envolvem a expulsão ou mesmo a rejeição da família de origem, a dificuldade de localizar moradia e meios de sobrevivência afeta em demasia a vivência das pessoas LGBTT (RIOS, 2010). Mesmo que consigam encontrar lugares provisórios para viver, a permanência na escola também é afetada pelo preconceito.

Homofobia na escola

A escola é outro espaço em que violência e sofrimento conformam as experiências das pessoas LGBTT. Marcos, 26 anos, narra sua visão sobre as relações com os colegas no ensino médio:

Mas o processo de segregação a gente sente de outra forma, né. Na hora de fazer os grupos de trabalho, né? Tipo, todo mundo tem grupinho, o viado não tem. O viado só é chamado porque o viado é inteligente. O viado é chamado porque ele é criativo, entendeu? O viado não é chamado pra sociabilidade. [...] ... eu vivi a solidão do viado.

O modo pelo qual o sistema educativo opera, inculcando como “naturais” e “universalmente legítimos” conteúdos arbitrários de gênero, constitui um elemento central da violência contra as pessoas LGBTT. A atribuição, na escola, do lugar de “veadinho” identifica essas crianças e adolescentes com o lugar do feminino moralmente discriminado, sendo, então, acusadas de serem “putas”, o que justificaria toda a sorte de violência às quais estão submetidas em ambientes de sociabilidade, como a escola (ARAÚJO, 2017). Neste sentido, Amanda nos fala de uma situação de abuso, vivenciada dentro da escola:

e... teve... um ex ficante meu, que... quando ele descobriu que eu era... lésbica... ele... me trancou, dentro da sala... ele os colegas dele... e me abusaram sexualmente. depois disso eu desisti do colégio e não voltei mais. levei um ano e meio sem estudar, porque quando apareceu isso já tava no meio do ano, então desisti o resto e no ano seguinte não estudei

mais. e aí... foi difícil superar, engolir... porque tipo, ele era meu vizinho, a gente convivia o tempo todo junto, eu passar por ele e não ver aquela cena o tempo todo... era difícil.

Também as pessoas transgêneras, mesmo antes da transformação corporal, narram a experiência nas escolas, valendo-se de expressões como medo e pavor. As escolhas, estilos e modos de vida de transexuais e travestis são utilizados para legitimar e rotinizar as violências contra elas.

Foi, pedi “ô, Isaac, tu me dá carona até em casa?”. “Posso sim”. Antes de eu chegar em casa ele parou o carro, mandou eu... “Eu quero que você pague um b pra mim”. Eu disse “Isaac, eu não troco amizade por liberdade e a gente somo amigo.” “Ah, que porra de amizade. Amizade de viado é chupar.” Eu disse “eu não vou fazer”. Ele disse “o quê?”. “Eu não vou fazer”. “Você vai sim”. “Eu não vou fazer. Eu não sou obrigada a fazer nada, Isaac. Eu não quero fazer nada.” Foi aí que eu falei que não ia fazer nada, foi aí que ele botou a arma na minha cara. “Você vai fazer ou prefere tomar bala na cara?”. “Prefiro tomar uma bala na cara, mas eu não vou fazer.” (Valquíria, 24 anos, transexual feminina).

O ambiente persecutório presente em muitas escolas faz com que as pessoas LGBTTs se vejam na obrigação de abandonar os estudos e partir para outros caminhos. Isso promove a subcapacitação dessas pessoas e principalmente a sua marginalização. Junqueira (2009, p. 162) afirma que o pressuposto da heteronormatividade é muito arraigado no ambiente escolar e pouco se discute sobre o assunto, levando a crer que a heterossexualidade é o

‘ar que se respira’ na escola e (...) desse ‘desconhecimento’ alimenta-se e se promove grande parte dos rituais de rechaço, humilhações e violências. É preciso notar que há uma espécie de ‘silêncio deliberado’ quando se trata das homossexualidades, pois, neste caso, ‘quem cala não consente’. Omissão e negligência aliadas reforçam e validam as práticas homofóbicas.

As ambiguidades das práticas institucionais, das políticas públicas e das ações organizacionais voltadas para abrandar o sofrimento dos sujeitos tidos como excluídos e vulneráveis e que, paradoxalmente, resultam na sua intensificação. Há também a violência que surge a partir de outros marcadores sociais e influenciam decisivamente na construção das vulnerabilidades das pessoas LGBTTs, como veremos a seguir.

Preconceito no trabalho

Se o ambiente escolar não é viável, existem aqueles nos quais a vivência LGBTT se torna menos difícil. Silva e Leite-Junior (2016) ao realizar um trabalho com jovens homossexuais e as oportunidades de trabalho para esse público, apontaram o enfraquecimento desses indivíduos em relação ao exercício pleno da cidadania; além de ocuparem o mercado dito “marginal”, muitas vezes, desligam-se da escola, enquanto instituição capaz de proporcionar-lhes suporte social. Dessa maneira, acabam à mercê de estratégias frágeis de sobrevivência.

Em relação ao mercado formal, os autores observaram que muitas atividades exercidas por jovens homossexuais e travestis se inserem dentro de premissas estereotipadas do universo gay, como a sensibilidade para cativar clientes e a capacidade “artística” para trabalhar em salões de beleza ou oficinas de moda. O que se observa, neste sentido, é adequação dessas pessoas às normas heterossexuais. Esses jovens conseguem trabalho, justamente, em locais onde desenvolvem sua função sem serem “destoantes”; conseqüentemente, passam por uma normalização proporcionada pelo próprio mercado.

Quando alguém resolve assumir uma sexualidade diferente da norma heterossexual, comumente, amigos da escola e do trabalho e a família de modo geral afastam-se e passam a excluir quem se desviou dessa norma. No mercado de trabalho essas questões não são diferentes. Poucas são as oportunidades para travestis e transexuais conseguirem emprego (SIMÕES, FRANÇA & MACEDO; 2010). Também homens gays e mulheres lésbicas que são muito “afetadxs” têm chances restritas de conseguir trabalhar, pois, não se encaixam nos padrões de masculinidade e feminilidade socialmente esperados. Neste sentido, as mulheres transexuais Vitória, 21 anos, e Valquíria, 24, nos falam de suas trajetórias na busca de emprego:

Eu cheguei, gente, a me vestir de homem pra procurar emprego aqui em SAJ. Eu cheguei a fazer entrevista de homem. Isso é uma humilhação pra gente que é transexual, porque é aquilo, infelizmente a gente tem que se fantasiar daquilo ali pra poder conseguir um emprego. (Vitória)

Então, pra um gay achar trabalho, é vestido masculino. Como alguns, alguns têm, mas não é vestindo feminino. Por que? O preconceito tá aí. Você não vê nenhum gay, em uma loja, você não vê um gay em um banco. É rara. É mais um gay no salão. Salão dá o quê? Dá lucro? Dá. Mas não dá aquele direito que você espera construir lá na frente. (Valquíria)

Estas e outras experiências de sofrimento ocorrem cotidianamente nas trajetórias das pessoas LGBTT. Muitas são as instituições sociais e organizacionais que acentuam a discriminação ao invés de reduzi-la. Neste sentido, é necessário atentar para a complexidade da dinâmica das relações sociais de violência e para as intersecções que se estabelecem entre diversos eixos de diferenciação social (PUAR, 2013). Para ilustrar esta questão, trazemos a fala do entrevistado Marcos de 26 anos:

Tá ligado? Sou um homem negro, gay, mas eu não sou um homem dentro dos padrões do que seja homem, e eu não sou gay dentro dos padrões que dizem que são gay, e eu não sou negro dentro dos padrões que dizem ser negros. Cada categoria dessa é múltipla. As subjetividades são múltiplas, tá ligado? Então tipo assim, o que vale de fato, na maioria.

Pensar a partir da interseccionalidade é construir argumentos a partir dos quais as identidades são vivenciadas e experimentadas como interseccionais (de tal forma que as próprias categorias são entrecortadas e instáveis) e que todos os sujeitos são interseccionais,

independentemente de se reconhecerem ou não como tais. Nesse contexto, as situações de vulnerabilidade precisam ser reinterpretadas, não a partir de uma essência, como se o que torna vulnerável fosse inerente a características de determinado grupo populacional e não a uma articulação entre níveis individuais, sociais e programáticos. Analisar a violência de modo interseccional não deve nos remeter à somatória de sujeitos e opressões, mas, conforme Colling, Sousa e Sena (2017), a uma “política de solidariedade” e ao enfrentamento de vulnerabilidades contextualizadas.

4. Conclusões:

As diversas formas de violência nas trajetórias percorridas pelas pessoas LGBTT interferem diretamente nas suas condições de saúde. Além de distanciá-las da família nuclear e das relações de parentesco, retirando suporte material e relações afetivas, acabam por afastá-las, também, das escolas e dos serviços de saúde, que, muitas vezes, replicam a violência, conformando parte de seu sofrimento. Os efeitos são devastadores e casos de depressão, tentativa de suicídio, ferimentos e agravos dos mais diversos são comuns dentro desta população.

A população LGBTT, devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos agredidos, e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade. Comparativamente a outros movimentos de identidade (movimento de mulheres e movimento negro), o movimento homossexual demorou-se na elaboração de demandas de políticas públicas integradas para responder aos fenômenos da homofobia. Fixou-se durante muito tempo na perspectiva da “violência contra homossexuais” (os assassinatos) que, ao final, correspondia apenas a uma parte das diversas dinâmicas cotidianas de violência sofridas por *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros. A partir desse prisma, pode se observar que múltiplas causas são expostas na determinação do adoecimento da população LGBTT.

A intersetorialidade das políticas públicas passa a ser, então, uma dimensão valorizada à medida que não se observavam a eficiência, a efetividade e a eficácia esperadas na implementação das políticas setoriais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a sua execução. Desse modo, a intersetorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais, bem como entre estas e a sociedade civil.

Agradecimento: Agradecemos ao CNPq por financiar esta pesquisa a partir de bolsa de PIBIC.

5. Referências

ARAÚJO, R. Narrando a mim mesmo: “Hoje sou peixe/E sou meu próprio pescador” – percursos de resistências marcados de Trans-Solidão na tecelagem de uma vida! **Periódicus**, n. 6, v. 1, 2017.

COLLING, L., SOUSA, A. e SENA, F. Enviadescer para produzir interseccionalidades. In: OLIVEIRA, J.; AMÂNCIO, L. (Orgs.). **Gêneros e Sexualidades**: interseções e tangentes. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017, p. 193-216.

CUNHA, M.I. CONTA-ME AGORA! as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 23 n. 1-2, 1997.

JUNQUEIRA, R. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD. 2009.

PERUCCHI, J., BRANDÃO, B. & SANTOS, H. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, n. 19, v. 1, 2014.

PUAR, J. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, n. 8, v. 2, 2013, pp. 343-370.

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, n. 16, v. 2, 2006, p. 185-205.

RIOS, R. R. Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. In: POCAHY, F. (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010, pp. 38-57.

SILVA, L; LEITE JUNIOR, F. Homofobia na escola: problematizando gênero e sexualidade entre estudantes do ensino médio. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 02, n. 02, 2016.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. e MACEDO, M. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 35, 2010, p. 37-78.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.